



Ambiente & Sociedade

ISSN: 1414-753X

revista@nepam.unicamp.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ambiente e Sociedade

Brasil

Burns, Thomas J.; Lemoyne, Terri

Como os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes: priorizando temas ambientais no
discurso político

Ambiente & Sociedade, vol. X, núm. 2, julio-diciembre, 2007, pp. 61-82

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade
Campinas, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31710205>

- ▶ Cómo citar el artículo
- ▶ Número completo
- ▶ Más información del artículo
- ▶ Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

COMO OS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS PODEM SER MAIS EFICAZES: PRIORIZANDO TEMAS AMBIENTAIS NO DISCURSO POLÍTICO* **

THOMAS J. BURNS¹
TERRI LEMOYNE²

1 Introdução

Apesar do crescimento na quantidade de membros em organizações ambientalistas e do sucesso considerável no levantamento de fundos de muitas dessas organizações, os analistas constataram que o meio ambiente tem sofrido e continua a sofrer danos significativos (BRULLE, 2000; COMMONER, 1991). Por exemplo, numa revisão em profundidade dos movimentos ambientalistas nos EUA, Brulle (2000, 1 f.) mostra que: “[...] Nós estamos perdendo a luta para inverter a degradação ecológica. Não há mais dúvidas sobre isso [...]” Ele então revisa trabalhos em muitas áreas onde este é o caso: exaustão dos recursos de sustentação da vida, excedendo a capacidade do meio ambiente de absorver resíduos, a usurpação humana crescente de ecossistemas naturais, a irreversível perda da biodiversidade e o impacto humano sobre o clima local e global.

Cientistas sociais têm discutido se os movimentos ambientalistas têm sido bem sucedidos em deter essas tendências, especialmente em países desenvolvidos tais como aqueles da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá. Embora não haja consenso, muitos argumentam que esses movimentos têm sido bem sucedidos em algumas frentes, tais como na mudança de atitudes dos cidadãos sobre questões como a preocupação pelos recursos natu-

*Este artigo foi publicado originalmente na revista Human Ecology Review (v. 8, n. 1, 2001) sob o título “How environmental movements can be more effective: Prioritizing environmental themes in political discourse”.

**Tradução: Vicente Rosa Alves.

¹Departamento de Sociologia da Universidade de Oklahoma.

²Departamento de Sociologia, Antropologia e Geografia da Universidade do Tennessee em Chattanooga.

Autor para correspondência: Thomas J. Burns, Department of Sociology, University of Oklahoma, 331, Kaufman Hall, Norman, OK 73019 U.S.A. Fone: (405) 325-0461, Fax: (405) 325-7825, E-mail: tburns@ou.edu

Recebido: 13/2/2007. Aceito: 11/7/2007.

rais e a perda de ecossistemas usados para o lazer gratuito. Eles podem ser considerados um fracasso em outras atividades, tais como na mudança de comportamento dos cidadãos em termos da modificação de seu estilo de vida ou na dedicação de seu tempo ao movimento (GOULD et al. 1999, p. xi), embora outros argumentam que os Estados Unidos têm o movimento ambientalista mais forte e mais profissionalizado do mundo (RUCHT, 1996, p. 198). Num nível mais estrutural, observamos apenas um sucesso limitado na conformação dos resultados políticos. Na utilização do termo sucesso, referimo-nos aqui à eficácia na conformação dos resultados e não à quantidade de fundos obtidos ou ao número de pessoas na lista de membros das organizações.

Recorrendo a muitas tradições intelectuais, analisamos o que é necessário para tornar um movimento bem sucedido e comparamos os movimentos ambientalistas com este tipo ideal. De maneira geral, consideramos uma questão crucial como as questões sociais são priorizadas, tanto dentro do movimento ambientalista como na política em geral. Nós então consideramos como essas preocupações de priorização impactam uma quantidade de fatores, incluindo: 1) estratégias retóricas dos movimentos ambientalistas e estratégias contra-retóricas dirigidas contra eles; 2) a inter-relação da composição dos movimentos ambientalistas com a priorização das questões; 3) a interação entre os movimentos ambientalistas e o sistema político; e 4) os fatores que influenciam a legitimidade das preocupações ambientais e as reivindicações na cultura em geral. Essas considerações, embora distantes de serem mutuamente exclusivas, são analiticamente distintas. As estratégias de priorização são criticamente importantes porque, como os sociólogos e cientistas políticos demonstram, mesmo entre grupos politicamente bem sucedidos, somente um número limitado de questões podem ser resolvidas favoravelmente; as questões restantes, mesmo se endossadas por uma maioria substancial, tendem a ser abandonadas. As implicações dessas estratégias de priorização são cruciais para os movimentos ambientalistas.

Neste artigo, desenvolvemos argumentos teóricos e usamos exemplos de movimentos sociais e políticos. Muitos pesquisadores já realizaram várias revisões aprofundadas sobre os movimentos ambientalistas em vários níveis de análise (BRULLE, 1996, 2000; DUNLAP; MERTIG, 1992; TAYLOR, 1995), e não é nosso propósito replicar aqueles trabalhos aqui. Pelo contrário, desenvolvemos um modelo teórico para analisar o que acreditamos ser um processo social ubíquo aplicado à questão de como as idéias que derivam dos movimentos sociais em geral e dos movimentos ambientalistas em particular chegam a ser incorporadas e priorizadas no processo político. Finalmente, vamos examinar as implicações dessa teoria à luz de como ela poderia levar ao conhecimento do porquê os movimentos ambientalistas têm até agora experimentado um sucesso tão limitado.

A teoria que desenvolvemos é fractal ou recursiva, em que os processos que ela descreve operam em muitos níveis. Assim, damos exemplos de uma variedade de arenas – o primeiro deriva da política americana, particularmente em termos de sua interface com o ambientalismo americano e, depois, apresentamos exemplos mais globais.

2 Temas ambientais no discurso político

Na política, questões ambientais competem por atenção e ação com uma variedade de questões sociais. A arena política é organizada em torno de atores políticos, tais como

candidatos a cargos públicos. Por causa disto, um veículo útil para explorar as dinâmicas deste processo competitivo pode ser encontrado na maneira que cada candidato prioriza as questões sociais dentro de suas campanhas políticas. A arena política é especialmente importante porque os movimentos sociais em geral estão capacitados para lidar com as estruturas de oportunidades políticas (KITSCHELT, 1986, p. 66) e eles são muito bem sucedidos quando forjam alianças com as elites políticas (TILLY, 1978).

As campanhas dos candidatos, numa multiplicidade de questões, utilizam as pesquisas de opinião para decidir quais questões políticas enfatizar (ROBINSON, 1982). É aqui que os políticos decidem qual “verdade” contar. Por exemplo, um político nos Estados Unidos pode ser a favor do direito de escolha, do meio ambiente, da ação afirmativa e dos sindicatos. Qual questão ele/ela enfatiza e para quem se torna crucial: a favor do direito de escolha para o grupo NOW¹, da ação afirmativa para o grupo NAACP², do meio ambiente para o grupo Sierra Club³, dos sindicatos para o grupo AFL-CIO⁴, etc.

A questão-chave é o método utilizado para priorizar as questões. Dada uma escolha, por exemplo, a de focalizar sobre as questões de reprodução, minorias políticas, meio ambiente ou trabalhistas, quais conjuntos de questões os políticos enfatizarão? Estas considerações tornam-se especialmente importantes quando apenas poucas questões podem ser resolvidas a favor de qualquer um dos indivíduos (COLEMAN, 1971; 1986). Aqueles que foram bem sucedidos em promover um subconjunto de questões estabelecem prioridades e abrem mão de votos sobre questões de menor prioridade para acumular apoio para assuntos que consideram vitalmente importantes. Neste caso, questões secundárias perdem prioridade para questões de alto nível de prioridade, tornando-se moedas-de-troca – trunfos para desfazer-se – coisas para abdicar (JENKINS; PERROW, 1977, p. 266). Deste momento em diante passaremos a denominar essas questões secundárias de “questões órfãs”⁵ (BURNS, 1992).

Se essa “hora decisiva”⁶ ocorrer – uma situação em que uma decisão precisa ser feita dentre vários temas endossados – uma questão política pertinente seria qual tema o candidato escolheria. Vale considerar que, há muitos anos, os políticos recebem votos de ambientalistas e sindicalistas, manifestando-se a favor de ambas as posições. Somente na hora decisiva é que as prioridades dos políticos tornam-se claras. Por exemplo, Walter Mondale e Paul Simon, ambos ex-senadores norte-americanos das principais áreas sindicais, fizeram campanha tanto a favor dos sindicatos quanto do meio ambiente. Na hora de fazer uma escolha, eles quase sempre se posicionam a favor das indústrias manufatureiras ao invés do meio ambiente (SCHNEIDER, 1987). Apesar disso, eles continuam a receber o apoio de grupos ambientalistas, mesmo depois de traír as expectativas dessas entidades quando escolhem apoiar outra questão, deixando de lado as preocupações de ordem ambiental.

Mais recentemente, Al Gore, um candidato identificado com freqüência como um “ambientalista”, deu apoio a uma variedade de medidas que direta ou indiretamente levaram a danos ambientais. Por exemplo, depois de escrever que as preocupações ambientais deveriam ser o “princípio organizador central”⁷ da ação social e política (GORE, 1992), ele contribuiu para a aprovação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (ALCA). Embora retoricamente a ALCA tivesse uma preocupação – ainda que mínima – com a conservação dos recursos naturais, esta não estava entre suas prioridades; em alguns aspectos, a ALCA se posicionava contra as preocupações ambientais (para uma discussão,

ver MAYER; HOCH, 1993). Em ambos os exemplos os políticos continuaram a receber o apoio dos ambientalistas, apesar de não aderirem à sua retórica política, e, em alguns casos, envolvendo-se diretamente em ações que tinham consequências ambientais negativas.

No caso de Gore, tais ações levaram a uma diluição do apoio de alguns ambientalistas, ressuscitando assim a moribunda candidatura de Ralph Nader do Partido Verde. Contudo, o efeito foi o de dividir e desperdiçar o apoio ambiental, facilitando assim a eleição do candidato G. W. Bush, cuja plataforma política tinha pouco compromisso com as causas ambientais.

Esses exemplos não são sobre algum político em particular, mas sobre um fenômeno geral. Na hora decisiva, quando o candidato é forçado a escolher entre as questões endossadas, essas questões órfãs tendem a ser sacrificadas. Denominamos este comportamento de “a priorização na hora decisiva”⁸ e ele é encontrado em muitos contextos políticos. As três considerações para prever quando essa priorização na hora decisiva ocorrerá são: 1) a força que tem cada uma das partes; 2) a escassez de recursos; e 3) a capacidade de bancar a questão ética dentro do jogo político (pelo menos potencialmente isto está relacionado ao grau de sucesso que tem a oposição na estruturação de suas prioridades em termos dos símbolos culturais dominantes).

Tomando-se primeiramente a questão do poder, se um lado (por ex., a “esquerda”) tem mais poder do que o outro, é capaz de desempenhar muitas mudanças políticas a seu favor, mesmo aquelas de prioridade mais baixa. Em contraste, a oposição, por natureza possuindo menos poder, deve escolher cuidadosamente entre as suas prioridades⁹. No entanto, mesmo um partido ou grupo de interesse poderoso deve investir neste poder de uma maneira organizada, mantendo-se fiel a um conjunto de prioridades, ou seu poder será dissipado através de lutas internas.

Paralelamente, próxima à questão do poder está a da escassez. Os movimentos sociais precisam competir com outros setores e indústrias pelos recursos da população. No nível individual, para muitos ou para a maioria dos eleitores, a alocação de recursos para as necessidades básicas, tais como alimento e abrigo, tem uma prioridade política consideravelmente mais alta do que as questões ligadas aos movimentos sociais. Exceto nos momentos de crise, as questões colocadas pelos movimentos sociais recebem muito menos prioridade. Estas somente se beneficiam quando as outras necessidades forem saciadas (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1224).

Este fenômeno é verdadeiro em diferentes níveis de análise, incluindo o nível societário. Durante tempos de abundância, questões de menor prioridade podem ser atendidas porque há uma miríade de recursos em circulação. Um exemplo desse processo pode ser ilustrado comparando nações centrais e periféricas no sistema mundial. Os Estados Unidos têm uma abundância relativa de recursos, e seu sistema político pode levar em conta tanto o desenvolvimento econômico como a proteção ambiental, que se manifestam através de agências tais como a Agência de Proteção Ambiental (PAIGE, 1998). Em contraste, uma nação periférica como o Congo tem limitações de recursos muito maiores e é muito mais provável que seus cidadãos tenham que fazer a escolha entre a destruição da floresta tropical ou o desenvolvimento econômico. É aqui que a floresta tropical torna-se uma questão órfã enquanto o desenvolvimento econômico é promovido apesar dos custos ambientais

(WHITEFIELD, 1998; LANJOUW, 1999). Isto não quer dizer que a escolha tenha que ser necessariamente entre o que é positivo para a economia ou para o meio ambiente.

Como o político é normalmente associado a questões específicas e continua a falar a favor delas, as questões órfãs como as ambientais servem também para energizar o eleitorado para que este continue a apoiar aquele político e assim aumentar sua base de poder. De fato, muitas vezes, partidários do movimento ambientalista deram menor prioridade à mobilização de recursos, porque eles acreditavam que os políticos estavam abordando suas preocupações. Isto teria um impacto negativo significativo sobre os êxitos (EDELMAN, 1971). Ainda assim, o eleitorado interessado nessas questões vai continuar a apoiar aqueles políticos de uma maneira não muito ativa, a não ser que eles repensem suas posições sobre essa questão (GOFFMAN, 1959).

Ironicamente, cumprir uma promessa política pode servir para desenergizar a base de poder de um político, porque seus eleitores ficam satisfeitos e deste modo não se sentem mais estimulados em votar no candidato. Torna-se um “negócio fechado”¹⁰ e os eleitores avançam para a questão seguinte que substituiu aquela que foi retificada. O apoio dado a Ronald Reagan pelo lobby pró-vida¹¹ é um bom exemplo. Este apoio ajudou Reagan a vencer por uma vitória eleitoral esmagadora, reivindicar um “mandato” e assim perseguir suas questões prioritárias (possivelmente crescimento militar e concentração do capital via “*supply-side economics*”¹²). Reagan continuou a debater a idéia de uma emenda antiaborto e com isso satisfez seu eleitorado suficientemente para acumular seu voto na eleição seguinte; o fato dele não ter cumprido com as promessas energizou ainda mais seu eleitorado (KELLY, 1993; SCHULTE; THOMMA, 1996).

Por outro lado, se as promessas ao eleitorado forem cumpridas, elas terão o efeito de enfraquecer o apoio eleitoral e assim diminuir a base de poder do ator político. O declínio da base de poder é exacerbado pela possibilidade de uma reação contrária por parte dos oponentes caso aquele programa seja implementado. Esta reação contrária, em parte, explica a expansão e contração do setor dos movimentos sociais nos anos 1960 e 1970 (JENKINS, 1983) e é típico dos movimentos de reforma social dos regimes de democracia liberal (TARROW, 1982). No contexto político, lealdade é atribuível à esperança pelo futuro em vez de remuneração pelo passado; isto é especialmente verdadeiro quando os serviços públicos precisam ser conduzidos para alcançar o próximo item na lista de prioridades.

3 A priorização na hora decisiva e “pegando carona”¹³

Esta base continuamente energizada, proporcionada pelos partidários das questões órfãs, tem implicações políticas importantes. Ela permite aos oportunistas¹⁴ parasitar seus partidários, principalmente dado o modo dicotômico no qual as questões tendem a ser elaboradas num sistema bi-partidário (c.f. OLSON, 1965; FAIN, BURNS; SARTOR, 1994). Por exemplo, aborto e interesses sindicais são análogos em parasitar o movimento ambientalista, cujos eleitores tendem a votar nos “liberais” que, por sua vez, estão mais inclinados a apoiar o aborto e as questões sindicais do que as ambientais. Quanto maior a quantidade de energia emocional sobre um conjunto de questões, ironicamente, maior o risco da ocorrência deste fenômeno.

Nos Estados Unidos, os Republicanos tendem a ceder as questões ambientais aos Democratas que, por sua vez, dão como certo o apoio de grupos ambientalistas (pelo menos dos “verdes moderados”, tais como os ativistas do Sierra Club) (DREYFUSS, 1996). Assim, as questões ambientais competem por priorização com outros eleitorados que também são partidários dos Democratas (por ex., sindicatos, ação afirmativa, direitos do aborto, etc.) (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1224; DIAMOND; NEWMAN, 1992, p. 26). Deste modo, as preocupações ambientais normalmente não são debatidas a fundo, e, em vez disso, a retórica ambiental é usada principalmente para energizar um eleitorado (MUSIC, 1996).

Dessa forma, não é incomum que os Democratas ganhem as eleições com o apoio de grupos ambientalistas, mas subsequentemente apóiem outras questões às custas das ambientais (que regularmente tornam-se questões órfãs) (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1224). Os Democratas perdem, no entanto, quando alguns de seus importantes eleitores não os apóiam mais. Por exemplo, Jimmy Carter, que realmente tomou algumas posições a favor do meio ambiente, perdeu seu pleito para reeleição numa vitória eleitoral esmagadora quando deixou de contar com o apoio dos sindicatos (KAPLOWITZ, 1998).

No entanto, este fenômeno não acontece só nos Estados Unidos. No caso da França, a questão de quão estreitamente os movimentos ambientalistas deveriam aliar-se com os partidos de esquerda causou sérias rupturas dentro dos movimentos. Isto, por sua vez, tem minado as tentativas de criar um aparelho organizacional central¹⁵ e tem impedido as tentativas de obter ações unificadas no tratamento dos problemas ambientais. A consequência tem sido uma notável falta de sucesso com relação aos resultados das políticas (RUCHT, 1989; NULLMEIER; SCHULZ, 1983).

De fato, não é incomum para os movimentos tentar cooptar um ao outro, adquirindo através desse meio adeptos extras. Qual grupo coopta o outro é tipicamente uma função de qual tem o maior capital cultural (BURNS; LeMOYNE, 1999). O capital cultural permite aos grupos tomar uma posição ética porque eles podem elaborar as questões em primeiro lugar e, por esse meio, em grande parte defini-las.

Este efeito das questões órfãs é fractal por natureza (ou alternativamente, pode ser visto como recursivo, ou encaixado), isto é, o processo que discutimos tende a operar e, às vezes, até replicar-se em múltiplos níveis. Os exemplos dados acima se focalizaram numa das muitas maneiras de dicotomizar as questões: direita versus esquerda e modelar as preocupações a favor do meio ambiente e da legalização do aborto como movimentos de esquerda. Esta reconhecida simplificação é usada para fins ilustrativos. Nenhuma destas questões, particularmente as preocupações ambientais, são monolíticas; por exemplo, as prioridades dos grupos *Earth First!*, *Sierra Club* e *National Audubon Society* são totalmente diferentes umas das outras. Essas diferenças freqüentemente estão enraizadas em sistemas de valores fundamentalmente diferentes, tais como os que valorizam a natureza para seu próprio interesse, em oposição àqueles que valorizam a natureza em termos pragmáticos (LIGHT, 1993).

É importante reconhecer a natureza fractal deste processo. Numa dada organização, mesmo um “grupo lobista de questão única”¹⁶, ainda estabelece prioridades dentro da esfera de suas principais questões. Dentro deste grupo é provável que se formem facções e é provável também que se desenvolvam prioridades em torno delas. Cada facção tem suas

próprias sub-questões e estas também são priorizadas. É muito provável que as sub-questões de menor prioridade se tornem sub-questões órfãs em momentos decisivos para a organização.

Como o processo que discutimos é fractal ou recursivo, sua solução em um nível afeta o equilíbrio do debate em outros níveis. Este aspecto particular de nossa teoria lembra o “princípio de emergência”¹⁷ de Simmel (1907/1978), ou o insight de Merton (1968) de que o que é funcional em um nível pode muito bem ser desfuncional em outro. Em nossa análise é crucial especificar em que nível ou níveis de análise um dado debate está ocorrendo. No nível internacional, por exemplo, combates sobre a elaboração de questões ambientais muitas vezes acontecem em termos de dicotomias “Norte/Sul”, tais como se o foco do problema e, portanto, a solução deveria ser centrada em torno do controle populacional ou a redução ou equalização dos padrões de consumo (GRUBB et al., 1993, p. 56).

Estes debates afetam e são afetados por discussões envolvendo outros níveis do processo político. Por exemplo, Grubb et al. (1993, p. 56-57) identifica a

tensão central...entre por um lado o que é visto como questões de interesse de soberania nacional e por outro de responsabilidades internacionais
...[mesmo que] se o desenvolvimento sustentável está agora muito mais firmemente enraizado como um conceito importante, em cada questão específica pelo menos alguns governos terão fortes razões relacionadas a seus interesses nacionais para resistir aos desejos da comunidade internacional mais ampla.

Independentemente do nível de análise, podemos supor que os atores sociais tentarão maximizar seus próprios interesses. Podemos ter alguma idéia de qual é esse interesse se nos focalizarmos mais na composição social de certos movimentos.

4 A composição social dos movimentos ambientalistas

Muitos pesquisadores encontraram diferenças no caráter e composição de movimentos nacionais ou internacionais e movimentos ambientalistas locais (por ex., FREUDENBERG, 1984; FREUDENBERG; STEINSAPIR, 1992; CABLE; BENSON, 1993; MITCHELL et al., 1992; DUNLAP; MERTIG, 1992). Organizações nacionais, especialmente aquelas consideradas “mainstream” (por ex., as organizações ambientalistas National Audubon Society e Sierra Club) são normalmente compostas por membros das classes média e média-alta que doam dinheiro para contratar lobistas em tempo integral para representar seus interesses. Normalmente a estrutura dessas organizações é constituída por profissionais que trabalham em tempo integral e são pagos por seu serviço (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1227). Em contraste, os membros dos movimentos de base são muitas vezes, embora de modo nenhum uniformemente, membros da classe-operária e/ou minorias, pelo qual sua liderança tende a vir de dentro, das pessoas que dispõem de tempo suficiente para se mobilizar (COLLIN; COLLIN, 1994)¹⁸.

As ações dos movimentos locais são muitas vezes mais bem-sucedidas do que as dos grupos nacionais e internacionais. Isto pode ser atribuído à acuidade das questões locais pelo fato dessas se tornarem prioritárias à população local. Enquanto esses ganhos são louváveis,

é também extremamente importante que se obtenha êxito num nível mais universal. Com algumas exceções, em seus tipos-ideais, os movimentos locais tendem a reagir a alguma oposição identificável, enquanto os movimentos nacionais e internacionais tendem a ser mais difusos em seus objetivos (LEWIS; HENKELS, 1996). Por conseguinte, intervenções ambientais universais e pró-ativas tendem a ser uma prioridade entre os movimentos nacionais e internacionais, muito mais do que entre os locais.

Enquanto os movimentos ambientalistas e étnicos, ou de identidade de gênero, são muitas vezes agrupados sob a ampla rubrica de “novos movimentos sociais” (LACLAU; MOUFFE, 1985; GARNER, 1996), há uma distinção crítica entre os dois. Para alguém cuja etnia é central para sua auto-imagem, esta pessoa se identificará e internalizará com um movimento de identidade mais profundamente do que um/uma ambientalista se identificará com o seu (MARX; USEEM, 1971).

Isto é crucial para o entendimento de muitos movimentos ambientalistas do Terceiro Mundo também. Enquanto os movimentos ambientalistas das nações desenvolvidas muitas vezes são compostos por pessoas com compromissos ideológicos, eles raramente são compostos por pessoas cuja própria identidade está entrelaçada com o movimento em si. Movimentos baseados na identidade, incluindo aqueles com um componente ambiental, tendem a ter um eleitorado pronto, enquanto muitos outros movimentos ambientalistas, particularmente os globais, não o têm. Como Mostern (1994, p. 108-109) argumenta

Nós devemos prestar especial atenção àquelas identidades que conservam sua forma de movimento para movimento – raça e gênero sendo os exemplos mais óbvios – em lugar de pretender que a identidade é simplesmente criada outra vez o tempo todo... juntando “movimentos nacionais” com o movimento “anti-nuclear” Laclau e Mouffe fracassam em fornecer um meio de análise que possa explicar as diferenças entre aqueles movimentos que contam com identidades recém criadas e aqueles que contam com identidades que foram moldadas ao longo da vida dos participantes e como resultado de séculos de luta.

Este fenômeno é vital em vários contextos. Considere o exemplo de dois movimentos que se tornaram proeminentes nos EUA nos anos 1960 e ofuscaram em grande parte o ambientalismo: o movimento feminista e de direitos civis¹⁹. Muitos participantes eram atuantes em ambos os movimentos (e talvez em outros também, tais como o movimento contra a guerra). Líderes dos direitos civis, entre eles M. L. King, Jr., estavam preocupados com essa questão principalmente por causa dos tipos de questões de priorização que são consideradas neste artigo (FRIEDLAND, 1998).

Outsiders a um movimento social estão mais sujeitos a mudar sua lealdade de movimento para movimento, tornando os líderes céticos quanto ao envolvimento consciente de seus membros (por ex., homens no movimento feminista, brancos no movimento dos direitos civis). Estes membros tendem a ser volúveis, visto que eles têm uma gama de preocupações políticas (MARX; USEEM, 1971). A questão neste caso se torna qual movimento é o mais importante para o participante, o movimento por direitos civis ou o movimento feminista. Esta é uma questão especialmente importante porque os movimentos sociais que têm como meta a solidariedade aos grupos pré-existentes ou “naturais”, e que são capazes

de associar a visão da mudança ao grupo cultural mais amplo são mais bem sucedidos no alcance de seus objetivos (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1232).

O movimento eco-Marxista é um exemplo no qual a priorização das questões é vital. Um dos princípios centrais é que o capitalismo e os processos associados de acumulação de capital, crescimento econômico desenfreado e distribuição desigual dos recursos, são as causas principais da degradação ambiental. A prescrição política deste modo envolveria algum regime Marxista para a expropriação da propriedade produtiva privada seguida por uma redistribuição mais igual dos recursos. Isto por sua vez deveria levar a um modo de vida ecologicamente correto (O'CONNOR, 1998; FOSTER, 1999). Esta solução exige que se tenha muita fé, particularmente em acreditar que os problemas ambientais serão erradicados uma vez que o capitalismo estiver derrotado. Se alguém é motivado tanto por preocupações Marxistas quanto por ambientais, como essa pessoa usará a sua energia? A curto-prazo (provavelmente de duração indeterminada), quantidades significativas da energia de alguém são consumidas pelo movimento Marxista, enquanto as preocupações ecológicas são deixadas para serem resolvidas mais tarde. Para entender como tal processo ocorre, analisamos brevemente a importância dos símbolos resumidos²⁰ (BURNS, 1999) na organização do discurso.

5 Prioridades e organização do discurso

No discurso assim como no pensamento, as idéias são organizadas em torno de símbolos (MEAD, 1934; DUNCAN, 1968). As maneiras pelas quais as pessoas constroem os problemas sociais são profundamente afetadas pelos símbolos que elas usam para pensar e falar sobre eles (IBARRA; KITSUSE, 1993; BURKE, 1966). É importante considerar brevemente aqui estas construções simbólicas conhecidas por vários nomes tais como “temas”²¹ (IBARRA; KITSUSE, 1993), “símbolos resumidos”²² (BURNS, 1999), “paradigmas”²³ (SNOW; BENFORD, 1988, 1992; SNOW et al., 1986; WILLIAMS, 1995), ou “ideogramas”²⁴, (McGEE, 1980) (para uma visão mais detalhada, ver BURNS, 1999). As construções simbólicas tendem a simplificar um problema em poucas palavras, “resumindo ou realçando algum aspecto de um problema social” (IBARRA; KITSUSE, 1993, p. 47). Exemplos disto dados por Ibarra e Kitsuse incluem: ‘epidemia’, ‘ameaça’ e ‘crise’. Associar um símbolo de “crise” com uma situação, por exemplo, implica um conjunto de significados que pode ir muito além da realidade da situação em si (por ex., uma situação perigosa que exige atenção e recursos imediatos). Colocado de outra maneira, muitas observações originam-se da associação com os símbolos usados na sua percepção (BURKE, 1966; McGEE, 1980).

Conforme as pessoas negociam seus respectivos mundos de vida, alguns destes símbolos têm um valor pragmático maior do que outros, e fora destes constrangimentos pragmáticos um conjunto de prioridades emerge. Uma série de informações podem ser organizadas em torno de um símbolo e, portanto, este símbolo pode ser chamado de “símbolo resumido que designa prioridade”²⁵ (BURNS; LeMOYNE, 1999), porque não apenas serve como um dispositivo para organizar informação, mas prioriza-a de acordo com quão central ou periférica esta informação é relativamente ao símbolo em si. Uma vez que uma pessoa se auto-rotula “ambientalista”, a informação seguinte é organizada relativamente àquela auto-

percepção, por exemplo; contudo, aquele rótulo deve ainda competir com outros rótulos, talvez até mesmo mais centrais para o autoconceito de uma pessoa.

Exemplos de idéias-chave em torno das quais grande parte do discurso diário é organizado são conceitos como ‘igualdade’ (CONDIT; LUCAITES, 1993) ou ‘sustentabilidade’. Estes podem ser considerados como ‘símbolos resumidos que designam prioridade’ porque eles implicam um conjunto de idéias, valores, emoções ou crenças que os acompanham (BURNS, 1999). Tais símbolos são importantes para o pensamento e o discurso pela sua capacidade de embutir um grande conjunto de idéias dentro de um símbolo mais estreito, que entram e são processadas no discurso comum. Por exemplo, podemos ver os processos do discurso em torno do meio ambiente em termos de lutas hegemônicas (GRAMSCI, 1971), no sentido que pensamento e discussão sobre uma dada realidade social ou ambiental tornam-se organizados em torno de um conjunto de idéias simplificadoras²⁶. Algumas das lutas mais importantes, então, são sobre qual conjunto de idéias simplificadoras terão precedência.

Para examinar este fenômeno mais de perto, focalizaremos-nos em um número de manifestações de uma dessas lutas. Visto que muitas das análises anteriores foram expressas em termos de “paradigmas” como um veículo para os símbolos resumidos que designam prioridade, seguimos esta convenção aqui.

6 Prioridades dentro do ambientalismo

De modo geral, Hawkins (1993, HANNIGAN, 1995, 51 f.) identifica traços da retórica ambiental ou “paradigmas” em movimentos ambientalistas em várias partes do mundo, dois dos quais servem para estruturar as questões para os nossos propósitos: um paradigma de “gestão global”²⁷, que vê as questões ambientais em termos tecnocráticos e cujas respostas podem ser dadas através da política nacional ou extranacional ou através de organizações não-governamentais (ONGs), que agem como grupos de informação e pressão neste processo; e um paradigma de “desenvolvimento redistributivo”²⁸, que coloca uma ênfase na iniquidade entre as nações mais ricas e as mais pobres como problema central.

Os ativistas ambientais das nações desenvolvidas tendem a abraçar a primeira enquanto aqueles dos países mais pobres tendem a ver as questões através das lentes da última. As questões ambientais são vistas e transmitidas de maneira radicalmente diferente em diferentes partes do globo. Adicione-se a isso o fato empírico que os processos sociais que conduzem à degradação ambiental variam muito, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, em diferentes camadas do sistema mundial (BURNS et al., 1994, 1997; KICK et al., 1996). Tanto a realidade material como a simbólica diferem muito de um lugar para outro.

Ainda assim, dentro de uma nação, muitas vezes diferentes tipos de movimentos ambientalistas definem prioridades muito diferentes umas das outras. Isto pode ter um resultado debilitante em quanto efetivos eles são em conformar os resultados (RUCHT, 1989).

7 Implicações para a estruturação da retórica ambiental

Uma estratégia comum na apresentação da retórica em geral e da retórica ambiental em particular é a da “extensão do paradigma”²⁹ (SNOW et al., 1986). Isto envolve apre-

sentar as questões ambientais em termos de outras comunidades de discurso existentes e em termos de questões associadas àquelas comunidades. É aqui que as organizações dos movimentos sociais freqüentemente estendem suas fronteiras para incluir interesses que são de pequena importância aos seus objetivos primários. Se, por um lado, um objetivo pode ser aumentar o número de participantes no movimento, por outro, existe o risco muito real de perder o foco da questão ou da queixa original, tornando-se simplesmente um soldado³⁰ para a campanha das questões de outro grupo (SNOW et al., 1986, p. 472-473).

Muitas das populações mais pobres do mundo tendem a predominar ou em áreas remotas, rurais, ecologicamente frágeis, ou concentradas em áreas urbanas (HOMER-DIXON 1999, p. 78; STONICH, 1989). As questões ambientais, especialmente entre a população rural, envolvem o acesso aos recursos ambientais, muitos dos quais ela vê sendo açambarcado ou exaurido para exportação. Agarwal (1986), comentando o movimento Chipko (abraçadores de ávores)³¹ nos contrafortes dos Himalayas, mostra algumas diferenças-chave entre os movimentos ambientalistas das nações desenvolvidas e daquelas em desenvolvimento. Nas nações em desenvolvimento, a ênfase tende a ser na garantia da subsistência das populações indígenas, em vez de promover os objetivos dos ambientalistas das nações estrangeiras.

Há outros exemplos disto. De fato, Chico Mendes como um ícone dos ambientalistas do mundo desenvolvido, era na verdade presidente de uma sucursal local do sindicato dos trabalhadores rurais no Brasil e líder do movimento indígena neste mesmo país (SHOUMATOFF, 1990).

A ironia é que, para muitos movimentos indígenas, a questão é manter os ocidentais³² à distância, diríamos, fechar-se socialmente. Por exemplo, grupos indígenas das Filipinas, Peru e Indonésia vieram aos Estados Unidos em maio de 2000 para advertir aos acionistas de uma das maiores corporações de mineração de ouro do mundo que a companhia tinha danificado o meio ambiente e abusado dos Direitos Humanos. Catalino Corpuz, do *Mining Communities Development Center* sediado nas Filipinas, disse que ele veio a Denver para impedir a Newmont de operar na região das cordilheiras de seu país para que ela não venha a poluir o meio ambiente, como ele diz que a companhia havia feito em Nevada, Indonésia, e Peru (KNIGHT, 2000).

Igualmente, representantes da comunidade indígena Embera Katio na Colômbia planejam viajar ao Canadá, Estados Unidos e Noruega, países que estão financiando o projeto da barragem de Urra, para exigir que as inundações de suas terras sejam interrompidas. Jimmy Pernia, porta-voz de 170 indígenas, acampados no terreno do Ministério do Meio Ambiente, em protesto, disse: "O governo nacional nos deixou na mão". O porta-voz continuou a dizer que "a única opção restante" seria incitar as autoridades dos países que participam do projeto a fazer algo para impedir a construção da barragem (LLANOS, 1999). Neste caso, a estratégia de priorização era clara dentro do próprio movimento, embora essa possa ser diferente entre outros grupos ambientalistas, particularmente aqueles com pouca ou nenhuma conexão com aquela comunidade indígena.

Sob risco de simplificar demasiadamente, muitas vezes os ricos tendem a utilizar-se do primeiro paradigma ("gestão global") e os pobres (que são predominantes nos países do Terceiro Mundo, mas que também podem ser encontrados no mundo desenvolvido) tendem

a utilizar-se do segundo paradigma (“desenvolvimento redistributivo”). Neste sentido, o estereótipo comum em muitas nações desenvolvidas, de que o ambientalismo é em grande parte uma questão de classe média, pode estar parcialmente correto (FOREMAN, 1998).

Como mostra Bahro (1984), as classes trabalhadoras das nações ocidentais são as mais ricas das “classes baixas” do mundo. Muitas pessoas nos países desenvolvidos, particularmente os eco-Marxistas, presumem que as questões de igualdade coincidem com as questões ambientais. Isto não é necessariamente verdadeiro. Por exemplo, um dos principais artefatos culturais da globalização da cultura Americana tem sido o preservacionismo – o modelo de parque nacional (NASH, 1982). Enquanto o preservacionismo é apreciado pelos ocidentais, é muitas vezes visto como uma forma de imperialismo em culturas indígenas e países do Terceiro Mundo.

Vale a pena ressaltar que ambos os lados do célebre debate preservação versus conservação, que moldou muito do discurso ambiental nos Estados Unidos (ORAVEC, 1984), se encaixa na primeira estrutura, isto é, a do paradigma de gestão global. Se bem que não exista falta de debate sobre igualdade nos Estados Unidos, as idéias expressas nessas discussões tendem a ser processadas diferentemente nas mentes das pessoas dos países desenvolvidos e naquelas dos países em desenvolvimento.

Deste modo, as questões ambientais, em muitos casos, competem com outras questões por atenção e priorização, tais como aquelas construídas em torno da “igualdade” (para uma discussão ampliada de como o poder simbólico do termo “igualdade” desenvolveu-se historicamente nos Estados Unidos, ver CONDIT; LUCAITES, 1993). Ambas são vistas como mercadorias, mas ainda precisam encontrar um lugar na ordem de priorização que tem espaço para poucas prioridades. Às vezes há competição entre as questões de igualdade e o que muitos, e provavelmente a maior parte dos ambientalistas do Norte, vêem como questões ambientais, mas a natureza da competição em si é muito diferente no cenário mundial do que é nos países do Norte.

Os símbolos resumidos das questões ambientais muitas vezes surgem ao mesmo tempo que os de igualdade em movimentos organizados em torno de idéias de “justiça ambiental”. Todavia, dentro dos movimentos de justiça ambiental, seja nos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, existem grandes tensões em relação à priorização tanto dentro dos próprios movimentos como em relação a outros movimentos. Por exemplo, numa revisão dos movimentos de justiça ambiental e movimentos relacionados nos Estados Unidos, Foreman (1998, p. 15; ver também OSTHEIMER; RITT, 1976) menciona uma citação de um proeminente prefeito negro de uma cidade americana que diz: ... “a preocupação da nação com o meio ambiente fez aquilo que George Wallace foi incapaz: fazer com que a nação não se preocupe mais com os problemas das comunidades das minorias étnicas americanas³³.” Taylor (1992) argumenta que existe preocupação ambiental entre negros e outras minorias, particularmente em relação a ameaças ambientais à saúde pública predominantemente em comunidades minoritárias e em torno delas. As possibilidades para coalizões emergem em movimentos que têm a “justiça ambiental” como seu símbolo resumido que designa prioridade, mas é importante dar-se conta da complexidade das questões e fazer uma avaliação realista de quais prioridades são prováveis de emergir de tal coalizão.

Visto dessa forma, uma questão crucial se torna qual símbolo resumido terá prioridade sobre os outros porque é este o símbolo em torno do qual outras construções simbólicas serão organizadas e interpretadas (ver também GAMSON, 1988). Colocando de outra forma, qual o símbolo resumido com a mais alta prioridade? O meio ambiente, os mercados, a igualdade ou algum outro símbolo distinto? Nos países desenvolvidos é possivelmente alguma combinação de mercados e igualdade (ou mais precisamente, o eixo das discussões contrapondo igualdade contra o poder coercitivo do dinheiro) que encobre as discussões ambientais. No cenário mundial, o discurso ambiental muitas vezes centra-se em questões de igualdade justapostas àquelas de sustentabilidade.

Ainda que no futuro possa haver uma síntese entre estes dois conjuntos de símbolos resumidos que designam prioridade, essa síntese ainda não foi desenvolvida. Por enquanto, no futuro indefinido, eles implicam esquemas de priorização muito diferentes, algumas vezes concorrentes. É importante reconhecer, por exemplo, o poder nos dias de hoje dos discursos em torno de questões de “equidade” e “igualdade” (CONDIT; LUCAITES, 1993), e como estes afetam profundamente como as pessoas debatem as questões ambientais e mesmo como estas são concebidas. Isso não significa que se deva retroceder nas questões de conservação do pouco que ainda resta dos recursos mundiais. Nem se deva relativizar o que realmente é a universalidade do ambientalismo ocidental. É, no entanto, vital considerar que os esforços de conservação precisam estar associados a opções realistas para a subsistência dos povos do mundo. Pode ser que futuramente seja possível fazer uma síntese disso e desenvolver tal síntese é em si uma prioridade na qual vale a pena investir seriamente.

8 Movimentos ambientalistas e o contexto cultural

O sucesso definitivo dos movimentos ambientalistas dependerá em grande parte de como eles são percebidos e integrados dentro do contexto cultural mais amplo. As preocupações de priorização são cruciais aqui também.

Como afirmamos no início deste ensaio, muitas pessoas endossam aspectos importantes do “Novo Paradigma Ecológico”³⁴ (DUNLAP, 1983, 1992), que reconhece que os seres humanos são parte de um planeta finito, e que, como tal, há coações sobre o que é prático ou até mesmo possível. No entanto, apesar deste endosso, muitas pessoas ainda se comportam de acordo com o “Paradigma da Excepcionalidade Humana”³⁵ (DUNLAP, 1983), que supõe um planeta infinito com poucos limites. Como o trabalho clássico de LaPiere (1934) sublinhou, há muitas vezes uma ampla disparidade entre o que as pessoas falam e o que elas fazem.

Escalas de atitudes pró-ambientais (DUNLAP, 1983, 1992; INGLEHART, 1990) podem prever quais eleitores aliar-se-ão, mas isto não se traduz necessariamente num comportamento ecologicamente correto (DUNLAP, 1991). Enquanto multidões reivindicam o endosso de atitudes “verdes”, as questões reais aparecem quando há uma hora decisiva, quando existe uma escolha difícil entre o meio ambiente e uma outra coisa (por ex., apoio à geração de empregos). Uma questão crítica, embora em grande parte ignorada, é, portanto, como as pessoas priorizam as preocupações ambientais, relativamente a outros valores algumas vezes muito positivos. Em outras palavras, satisfação das necessidades

básicas à parte (por ex., comida e abrigo), como o movimento ambientalista pode tornar-se a mais alta prioridade política em períodos que não há crise?

O Protocolo de Montreal, que foi uma tentativa prematura de refrear a liberação na atmosfera de agentes redutores de ozônio tais como clorofluorcarbonos e halons, permanece um contra-exemplo limitado de sucesso internacional. Participaram muitos atores de uma grande variedade de instituições, incluindo empresas privadas como a DuPont Corporation, que viu sua participação como sendo em seu próprio interesse comercial. Neste caso, os vários subgrupos foram capazes de mover-se para além da mentalidade ganhador-perdedor que, por exemplo, recentemente, ajudou a enfraquecer as discussões sobre o sistema de saúde em nível nacional nos Estados Unidos. Uma chave para o avanço foi a emergência de um conjunto de símbolos organizados em torno da idéia de “alternativas aceitáveis”³⁶ em lugar do uso de clorofluorcarbonos e veículos para seu lançamento, tais como latas de spray aerossol. À medida que a idéia de alternativas aceitáveis foi desenvolvida, tornou-se claro que uma situação poderia se desdobrar na qual todos os envolvidos se beneficiariam: cidadãos do planeta pela redução de clorofluorcarbonos e as empresas que poderiam abrir mercados com alternativas aceitáveis mais seguras. Em vez de insistir sobre uma prioridade de que “as grandes empresas” devem perder, os ambientalistas foram capazes de permanecer focalizados sobre uma prioridade mais central de proteção ao meio ambiente. Fazendo assim, eles conseguiram um acordo que fez uma diferença positiva no mundo (para discussões detalhadas, ver MORRISETTE, 1989; BENEDICK, 1991).

9 Os movimentos ambientalistas podem ser mais eficazes?

Quais as lições que podemos tirar da discussão anterior? Os ambientalistas devem estar mais conscientes das estratégias de priorização e é importante considerar as implicações dessas estratégias em muitas dimensões.

Um fator crucial no sucesso dos movimentos tem sido, freqüentemente, a sua habilidade em agir de uma maneira combinada. Alguns analistas têm ido até mesmo mais longe sugerindo que isto se manifesta numa estrutura institucional coordenada. Rucht (1989), por exemplo, acredita que os movimentos ambientalistas na Alemanha são mais bem sucedidos do que na França, em grande parte porque eles têm sido capazes de forjar conexões ideológicas e institucionais entre si, ao invés de se tornarem polarizados, cortando as relações de diálogo. Eles são bem sucedidos em ouvir as várias facções e depois estabelecer prioridades das quais uma massa crítica dessas facções sente-se parte.

Visto que a mídia muitas vezes se focaliza na ação, em vez da situação contextual (JENKINS, 1983, p. 546), as notícias sobre o meio ambiente que recebem cobertura são freqüentemente discretas (por exemplo, incêndios, acidentes, etc) mesmo que muitas delas tendam a ser contínuas (por exemplo, desmatamento) (PALMER, 1995). Portanto, os eventos ambientalistas que recebem cobertura são aqueles que podem ser dramatizados e, assim, ironicamente, eles são removidos da realidade do movimento (por exemplo, uma nova conferência sobre algum relatório sobre o aquecimento global). Esta abordagem é muitas vezes mais convincente para o expectador mediano e pede um contra-argumento (por exemplo, um cientista não envolvido com o ambientalismo nega que o acontecimento

noticiado, tal como o aquecimento global, justifique qualquer preocupação social real). Conseqüentemente, os expectadores continuam desconhecendo as origens e objetivos dos movimentos ambientalistas. Colocada de outra maneira, a cobertura da mídia tende a priorizar notícias que sejam “novas” e “interessantes”, muitas vezes obrigando os movimentos a olhar ou para o exótico para obter cobertura (que alienam muitos dos cidadãos), ou para o muito convencional (que pode ser ignorado pela mídia) (JENKINS, 1983). É importante para os ambientalistas entender isto e priorizar e moldar as questões que reconhecem este artefato da cobertura da mídia, enquanto priorizam a informação de um modo que transmite a informação essencial. Isto deveria ser realizado em conjunto com várias outras estratégias de mobilização (JENKINS, 1983, p. 546), que vamos continuar a discutir.

Politicamente, os ambientalistas fariam bem em avançar a discussão das questões verdes mais detalhadamente; os militantes que exploram os símbolos culturais das populações-alvo são mais bem sucedidos do que aqueles que enfatizam ideologias abstratas (BRILL, 1971). Os movimentos em geral são bem sucedidos quando as pessoas discordam sobre os detalhes, mas não questionam a validade dos objetivos (por exemplo, o planeta deveria ser um lugar habitável). Como uma medida prática, é importante reengajar a direita assim como a esquerda em conversas sobre o meio ambiente. Os ambientalistas poderiam facilitar isto se aproveitando do sistema multipartidário (pelo menos dois) característico da maioria das sociedades políticas. Por exemplo, os ambientalistas poderiam iniciar o processo encorajando políticos pró-empresas (e muito possivelmente os Republicanos, no caso dos Estados Unidos) a defender várias idéias acerca do uso responsável do meio ambiente, (por exemplo, nas áreas da indústria limpa, reciclagem ou eco-turismo – para um argumento contrário, ver ROTHMAN, 1998). Esta estratégia encorajaria o corpo político em direção a um ponto de equilíbrio, de modo que, num sistema bi-partidário, ambos os lados teriam de competir por apoio ambiental. Disto seguiria um conjunto muito mais detalhado de conversações públicas sobre a ecologia natural. A priori, não há uma razão do porquê o “voto ambiental” deve ser apreendido por um partido ou mesmo um lado do espectro político.

O princípio de priorização é vitalmente importante em termos de mercados também. Um fator-chave aqui é medir as externalidades ambientais como parte de qualquer economia sustentável, de modo que os custos e benefícios atuais fossem considerados mais de perto. Até agora, ironicamente, esforços nesta direção podem ter retrocedidos pela maneira que muitas questões ambientais são projetadas. É importante mover-se além da dicotomia entre atividades comerciais e meio ambiente. Discurso e ação precisam promover negócios que são sustentáveis e medidas devem ser desenvolvidas em torno desta sustentabilidade em vez de em torno do cotidiano global dos PIBs, etc. (BROWN, 1999; para discussões, ver SCHNAIBERG, 1980; SCHNAIBERG; GOULD, 1994).

Por exemplo, os ambientalistas poderiam fazer muito mais para promover os valores de retiro e silêncio³⁷ (SCHNAIBERG; GOULD, 1994). A poluição sonora é um sério risco ambiental que compromete a habilidade do coletivo de pensar clara e criticamente sobre as soluções para o bem comum (MARCUSE, 1964). Como solução, poder-se-iam promover退iros próximos a áreas residenciais, juntamente com a criação de caminhos em cada vizinhança, para cultivar a caminhada em vez do uso de veículos.

Ironicamente, enquanto os ambientalistas têm geralmente uma compreensão intuitiva e profunda de como a tragédia dos comuns funciona no meio ambiente, os movimentos sociais tendem a perder isso de vista. Os ambientalistas fariam bem em precaver-se dos oportunistas e assim serem sensíveis às estratégias de cooptação de outros movimentos, incluindo aqueles com quem parecem ter alguma afinidade natural. Desta maneira, pode-se exigir maior pragmatismo, com muito mais precisão, sobre a investigação em termos de quais resultados são prováveis de se obter ou perder por uma dada aliança e suas priorizações associadas.

No mesmo sentido, os movimentos ambientalistas devem observar como os vários coletivos, incluindo os movimentos sociais, conseguiram lidar com o fenômeno do oportunista (OLSON, 1965; FAIN, BURNS; SARTOR, 1994). Um caminho é projetar suas prioridades em termos morais e de solidariedade de grupo onde se mesclam os interesses pessoais e coletivos. Portanto, os compromissos moral e solidário são ampliados à população em geral em cujo nome os movimentos atuam e de onde derivam a sua legitimidade social (JENKINS, 1983, p. 536-537; GRIFFIN, 1992).

Estas sugestões não são mutuamente exclusivas. Em vez disso, há uma sinergia natural entre estes níveis – uma sinergia que poderia tornar-se uma força poderosa para a mudança social.

10 Conclusão

Os movimentos ambientalistas podem de fato ser mais eficazes. Os ambientalistas, talvez mais do que a maioria, deveriam reconhecer a importância de como o mundo social e suas instituições estão organizados e trabalhar dentro da ecologia destas organizações. Porque afinal, as instituições humanas também têm muitos atributos como a ecologia natural.

Enquanto existem exceções – por exemplo, o New Deal, de Franklin D. Roosevelt, nos Estados Unidos, quando apareceu sucessivamente um programa social após o outro – a maioria das mudanças sociais mediadas através da política chegam de forma mais lenta. O sonho repentino da sociedade de aprovar leis e programas a favor do meio ambiente de uma maneira irrestrita e extensiva é provavelmente irrealista no curto prazo. É mais razoável cogitar que as batalhas são ganhas duramente e acumuladas passo a passo. Em tal situação, esquemas de priorização são crucialmente importantes, porque aquelas questões pactuadas de importância secundária podem não influenciar de maneira nenhuma nos resultados.

A experiência nos diz que todos os problemas da sociedade não serão resolvidos simultaneamente e, dada esta realidade pragmática, idealizar visões utópicas não é somente ineficaz, mas provavelmente também destrutivo (para um contra-argumento, ver HARVEY, 2000). Na *realpolitik* do mundo social, as coisas são continuamente priorizadas e a eficácia dos partidos interessados é capaz de influenciar essas prioridades. Muitos movimentos sociais (por exemplo, o movimento dos direitos de lésbicas e gays, o movimento feminista) obtiveram grandes ganhos através da política, e os movimentos ambientalistas seriam prudentes em analisá-los e implementar estratégias bem sucedidas. O movimento ambientalista deve ficar atento à priorização das questões discutidas neste ensaio e reagir a elas, porque, se permanecerem ignoradas, movimentos mais astutos e pragmáticos imporão suas próprias

prioridades, o que raramente (se alguma vez) têm preocupações ambientais como princípio organizador central.

Por enquanto, e num futuro próximo, se os movimentos ambientalistas quiserem ser mais bem sucedidos, precisam manter o seu foco. É tentador usar estratégias retóricas como o paradigma de alinhamento para tentar manobrar um público mais amplo, quando isso aumenta as chances de priorização. Se forem fazer isso, os ambientalistas deveriam compreender mais precisamente como o processo funciona. Por mais que o discurso seja projetado, é ainda uma construção social e um meio para alcançar um fim. É importante manter o propósito de um planeta habitável e sustentável diferente dos meios discursivos de alcançar este propósito. Os movimentos ambientalistas fariam bem em não perder de vista esta distinção.

Referências bibliográficas

- AGARWAL, A. Human-nature interactions in a third world country. *The Environmentalist*, v. 6, n. 3, p. 167-187, 1986.
- BAHRO, R. *From Red to Green*. London: Verso, 1984.
- BENEDICK, R. *Ozone Diplomacy*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991.
- BRILL, H. *Why Organizers Fail*. Berkeley: University of California Press, 1971.
- BROWN, P. *Forging a new macroeconomics*. Keynote Address to the Society for Human Ecology. Montreal, Quebec, Canada, 1999.
- BRULLE, R. J. Environmental discourse and social movement organizations: A historical and rhetorical perspective on the development of U.S. environmental organizations. *Sociological Inquiry*, v. 66, n. 1, p. 58-83, 1996.
- _____. *Agency, Democracy, and Nature: The U.S. Environmental Movement from a Critical Theory Perspective*. Cambridge, MA: MIT Press 2000.
- BURKE, K. *Language as Symbolic Action: Essays on Life, Literature, and Method*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press 1966.
- BURNS, T. J. *Crunch times and orphan issues*: The quid pro quo of collective decisions. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association. Miami, Florida 1992.
- _____. Rhetoric as a framework for analyzing cultural constraint and change. *Current Perspectives in Social Theory*, v. 19, p. 165-185, 1999.
- BURNS, T. J.; DAVIS, B. L.; KICK, E. L. Position in the world-system and national emissions of greenhouse gases. *Journal of World-Systems Research*, v. 3, p. 432-466, 1997.
- BURNS, T. J. et al. Demography, development and deforestation in a world-system perspective. *International Journal of Comparative Sociology*, v. 35, n. 3-4, p. 221-239, 1994.
- BURNS, T. J.; LeMOYNE, T. *Epistemology and culture*: Some social implications of human cognition. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association. Chicago, Illinois, 1999.
- CABLE, S.; BENSON, M. Acting locally: Environmental injustice and the emergence of grass-roots environmental organizations. *Social Problems*, v. 40, n. 4, p. 464-477, 1993.
- COLEMAN, J. S. Collective decisions. In: TURK, H.; SIMPSON, R. L. (Eds.), *Institutions and Social Exchange*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1971. p. 272-286.
- _____. *Individual Interests and Collective Action: Selected Essays*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1986.
- COLLIN, R.; COLLIN, R. Equity as the basis of implementing sustainability: An exploratory essay. *West Virginia Law Review*, v. 96, p. 1173-1175, 1994.
- COMMONER, B. The failure of the environmental effort. In: WOLBARST, A. (Ed.), *Environment in Peril*, Washington, D. C.: Smithsonian, 1991. p. 38-63.

- CONDIT, C. M.; LUCAITES, J. L. **Crafting Equality: America's Anglo-African Word**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- DIAMOND, E; NEWMAN, J. The candidates and the issues. *Technology Review*, v. 95, n. 4, p. 26-34, 1992.
- DREYFUSS, R. Toxic Cash. *The American Prospect*, v. 24, p. 59-65, 1996.
- DUNCAN, H. D. **Symbols in Society**. Oxford, U.K.: Oxford University Press, 1968.
- DUNLAP, R. E. Commitment to the dominant social paradigm and concern for environmental quality: An empirical examination. *Social Science Quarterly*, v. 65, p. 1013-1028, 1983.
- _____. Public opinion in the 1980s: Clear consensus, ambiguous commitment. *Environment*, v. 33, n. 8, p. 10-15, 1991.
- _____. Trends in public opinion toward environmental issues, 1965-1990. In: DUNLAP, R. E.; MERTIG, A. G. (Eds.), **The U.S. Environmental Movement, 1970-1990**. Philadelphia: Taylor and Francis, 1992. p. 89-116.
- DUNLAP, R. E.; MERTIG, A. G. The evolution of the U.S. environmental movement from 1970-1990: An overview. In: DUNLAP, R. E.; MERTIG, A. G. (Eds.), **The U.S. Environmental Movement, 1970-1990**. Philadelphia: Taylor and Francis, 1992. p. 1-10.
- EDELMAN, M. **Politics as Symbolic Action**. New Haven: Yale University Press, 1971.
- FAIN, H. D.; BURNS, T. J.; SARTOR, M. Group and individual selection in the human social environment: From behavioral ecology to social institutions. *Human Ecology Review*, v. 1, n. 2, p. 335-350, 1994.
- FOREMAN, C. **The Promise and Peril of Environmental Justice**. Washington, D. C.: Brookings Institution, 1998.
- FOSTER, J. B. Marx's theory of metabolic rift: Classical foundations for environmental sociology. *American Journal of Sociology*, v. 105, p. 366-402, 1999.
- FREUDENBERG, N. Not in Our Backyards! Community Action for Health and the Environment. New York: **Monthly Review Press**, 1984.
- FREUDENBERG, N.; STEINSAPIR, C. Not in our backyards: The grassroots environmental movement. In: DUNLAP, R. E.; MERTIG, A. G. (Eds.), **The U.S. Environmental Movement, 1970-1990**. Philadelphia: Taylor and Francis, 1992. p. 27-37.
- FRIEDLAND, M. B. **Lift Up Your Voice Like a Trumpet: White Clergy and the Civil Rights and Anti-War Movements, 1954-1973**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998.
- GAMSON, W. A. Political discourse and collective action. In: KLANDERMANS, B.; KRIESI, H.; TARROW, S. (Eds.), **International Social Movements: From Structure to Action: Studying Movement Participation across Cultures**. Greenwich, CT: JAI Press, 1988. p. 219-244.
- GARNER, R. **Contemporary Movements and Ideologies**. New York: McGraw-Hill, 1996.
- GOFFMAN, E. **Presentation of Self in Everyday Life**. Garden City, N.Y.: Anchor, 1959.
- GORE, A. **Earth in the Balance: Ecology and the Human Spirit**. New York: Plume, 1992.
- GOULD, K. A.; SCHNAIBERG, A.; WEINBERG, A. S. **Local Environmental Struggles: Citizen Activism in the Treadmill of Production**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- GRAMSCI, A. **Selections from the Prison Notebooks**. New York: International Publishers, 1971.
- GRIFFIN, R. W. Political opportunity, resource mobilization, and social movements: The case of the South Texas farm workers. *The Social Science Journal*, v. 29, p. 129-152, 1992.
- GRUBB, M. et al. **The Earth Summit Agreements: A Guide and Assessment**. London: Earthscan, 1993.
- HANNIGAN, J. A. **Environmental Sociology: A Social Constructionist Perspective**. London: Routledge, 1995.
- HARVEY, D. **Spaces of Hope**. Berkeley: University of CA Press, 2000.
- HAWKINS, A. Contested ground: International environmentalism and global climate change. In: LIPSCHUTZ, R. D.; CONCA, K. (Eds.), **The State and Social Power in Global Environmental Politics**. New York: Columbia University Press, 1993. p. 246-273.
- HOMER-DIXON, T. **Environment, Scarcity and Violence**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1999.

- IBARRA, P. R.; KITSUSE, J. I. Vernacular constituents of moral discourse: An interactionist proposal for the study of social problems. In: HOLSTEIN, J. A.; MILLER, G. (Eds.), **Reconsidering Social Constructionism**. Hawthorne, New York: Aldine de Gruyter. p. 25-58, 1993.
- INGLEHART, R. **Culture Shift in Advanced Industrial Society**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1990.
- JENKINS, C. J. Resource mobilization theory and the study of social movements. **Annual Review of Sociology**, v. 9, p. 527-553, 1983.
- JENKINS, C. J.; PERROW, C. Insurgency of the powerless: Farm worker movement (1946-1972). **American Sociological Review**, v. 42, p. 249-268, 1977.
- KAPLOWITZ, C. A. Struggles of the first new democrat: Jimmy Carter, youth employment policy, and the great society legacy. **Presidential Studies Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 187-207, 1998.
- KELLY, J. R. Prolife and prochoice after Reagan-Bush. **America**, v. 168, n. 3, p. 11-16, 1993.
- KICK, E. L. et al. Impacts of domestic population dynamics and foreign wood trade on deforestation: A world-system perspective. **Journal of Developing Societies**, v. 12, n. 1, p. 68-87, 1996.
- KITSCHELT, H. P. Political opportunity structures and political protest. **British Journal of Political Science**, v. 16, p. 57-85, 1986.
- KNIGHT, D. Indigenous groups worldwide blast U.S. mining giant. **Environment Bulletin May**, v. 5, p. 132, 2000.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and Socialist Strategy**. London: Verso, 1985.
- LANJOUW, P. Rural non-agricultural employment and poverty in Ecuador. **Economic Development and Cultural Change**, v. 48, p. 91-131, 1999.
- LAPIERE, R. T. Attitudes vs. actions. **Social Forces**, v. 13, p. 230-237, 1934.
- LEWIS, S.; HENKELS, D. Good neighbor agreements: A tool for environmental and social justice. **Social Justice**, v. 23, n. 4, p. 134-152, 1996.
- LIGHT, A. Environmental pragmatism and valuation in nature. In: **Human Ecology: Crossing Boundaries**. Fort Collins, CO: Society for Human Ecology, 1993. p. 23-29.
- LLANOS, J. M. Colombia: Indigenous group takes protest abroad. **Environment Bulletin December**, 1999. 296 p.
- MARCUSE, H. **One-Dimensional Man**. Boston: Beacon Press, 1964.
- MARX, G. T.; USEEM, M. Majority involvement in minority movements: Civil rights, abolition, untouchability. **Journal of Social Issues**, 27 (January), p. 81-104, 1971.
- MAYER, D.; HOCH, D. International environmental protection and GATT: The tuna/dolphin controversy. **American Business Law Journal**, v. 31, n. 2, p. 187-244, 1993.
- MCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: A partial theory. **American Journal of Sociology**, v. 82, p. 1212-1241, 1977.
- McGEE, M. C. The "ideograph": A link between rhetoric and ideology. **The Quarterly Journal of Speech**, v. 66, n. 1, p. 1-16, 1980.
- MEAD, G. H. **Mind, Self and Society**: From the Standpoint of a Social Behaviorist. Chicago: University of Chicago Press, 1934.
- MERTON, R. K. **Social Theory and Social Structure**. New York: Free Press, 1968.
- MITCHELL, R. C., MERTIG, A. G.; DUNLAP, R. E. Twenty years of environmental mobilization: Trends among national environmental organizations. In: DUNLAP, R. E.; MERTIG, A. G. (Eds.), **The U.S. Environmental Movement, 1970-1990**. Philadelphia: Taylor and Francis, 1992, p. 11-26.
- MORGAN M. N.; DYE, R. F.; HYBELS, H. H. **A Survey of Giving Behavior and Attitudes**: A Report to Respondents. Ann Arbor, MI: Institute for Social Research, 1975.
- MORRISETTE, P. M. The evolution of policy responses to stratospheric ozone depletion. **Natural Resources Journal**, v. 29, p. 793-820, 1989.
- MOSTERN, K. The idea of coalition in black feminist theory. **International Journal of Comparative Race and Ethnic Studies**, v. 1, n. 2, p. 104-119, 1994.
- MUSIC, K. Clinton tacks directive in safety bill; industry says move adds nothing new. **The Oil Daily**, v. 46, n. 98, p. 3-5, 1996.
- NASH, R. **Wilderness and the American Mind**, 3rd Edition. New Haven: Yale University Press, 1982.

- NULLMEIER, F.; SCHULZ, H. Politische Strategien der Ökologiebewegung in FRANKREICH (Political strategies of the environmental movement in France). In: NULLMEIER, F.; RUBARS, F.; SCHULZ, H. (Eds.), **Umweltbewegungen und Parteiensystem**. Berlin: Quorum (cited in Rucht 1989). 1983. p. 11-78
- O'CONNOR, J. **Natural Causes: Essays in Ecological Marxism**. New York: Guilford, 1998.
- OLSON, M. **The Logic of Collective Action**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1965.
- ORAVEC, C. Conservationism versus preservationism: The public interest in the Hetch-Hetchy Controversy. **Quarterly Journal of Speech**, v. 70, p. 444-458, 1984.
- OSTHEIMER, J. M.; RITT, L. G. Environment, Energy, and Black Americans. **Sage Research Papers in the Social Sciences** 4, series nº 90-025, Human Ecology subseries. Beverly Hills and London: Sage (cited in Foreman), 1976.
- PAIGE, S. Greenlight to urban plight. **Insight on the News**, v. 14, n. 27, p. 12-14, 1998.
- PALMER, A. W. **News from the Amazon Rainforest: The Social Construction of an Environmental Problem**. Doctoral Dissertation, University of Utah, 1995.
- ROBINSON, J. P. **Polls Apart: A Call for Consistency for Surveys of Public Opinion on World Issues**. Cabin John, MD: Seven Locks Press, 1982.
- ROTHMAN, H. K. **Devil's Bargains: Tourism in the Twentieth-Century American West**. Lawrence, KS: University of Kansas Press, 1998.
- RUCHT, D. Environmental movement organizations in West Germany and France: Structure and interorganizational relations. **International Social Movements Research**, v. 2, p. 61-94, 1989.
- _____. National contexts and movement structures. In: McADAM, D.; McCARTHY, J. D. ; ZALD, M. N. (Eds.), **Comparative Perspectives on Social Movement: Political Opportunities, Mobilizing Structures, and Cultural Framings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 185-204.
- SCHNAIBERG, A. **The Environment: From Surplus to Scarcity**. New York: Oxford University Press, 1980.
- SCHNAIBERG, A.; GOULD, K. A. **Environment and Society: The Enduring Conflict**. New York: St. Martin's, 1994.
- SCHNEIDER, W. The Democrats in '88: The party's possible candidates divide into four categories – rejuvenators, revisionists, reconstructionists, and revivalists. **The Atlantic**, v. 259, p. 37-59, 1987.
- SCHULTE, B.; THOMMA, S. Dole stands by GOP abortion position, but fails to initiate action on issue. **Knight Ridder/Tribune News Service**, v. 7, p. 607, June, 1996.
- SHOUMATOFF, A. **The World is Burning**. Boston: Little, Brown, 1990.
- SIMMEL, G. **The Philosophy of Money**. London: Routledge and Kegan Paul, 1907; 1978.
- SNOW, D. A.; BENFORD; R. D. Ideology, frame resonance, and participant mobilization. **International Social Movement Research**, v. 1, p. 197-218, 1988.
- _____. Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A. D.; MUELLER, C. M. (Eds.), **Frontiers in Social Movement Theory**. New Haven: Yale University Press, 1992. p. 133-155.
- SNOW, D. A. et al. Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. **American Sociological Review**, v. 51, p. 464-481, 1986.
- STONICH, S. The dynamics of social processes and environmental destruction: A Central American case study. **Population and Development Review**, v. 15, n. 2, p. 269-295, 1989.
- TARROW, S. Social movements, resource mobilization and reform during cycles of protest. **Western Studies Progress Project, Social Protest and Policy Innovation, Working Paper #1**. Ithaca, NY: Cornell University, 1982.
- TAYLOR, B. R. (Ed.). **Ecological Resistance Movements: The Global Emergence of Radical and Popular Environmentalism**. Albany, NY: SUNY Press, 1995.
- TAYLOR, D. Can the Environmental Movement Attract and Maintain the Support of Minorities? In: BRYANT, B.; P. MOHAI, P. (Eds.), **Race and the Incidence of Environmental Hazards: A Time for Discourse**. Boulder, CO: Westview, 1992. p. 28-54
- TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. Reading, MA: Addison-Wesley, 1978.
- WHITEFIELD, M. Guyanese President says she welcomes Hemispheres Investors with open arms. **Knight Ridder/Tribune News Service**, v. 11, p. K5075, dez. 1998.

WILLIAMS, R. H. Constructing the public good: Social movements and cultural resources. *Social Problems*, v. 42, n. 1, p. 124-144, 1995.

Agradecimentos

Aspectos iniciais deste artigo foram apresentados na Society for Human Ecology convention, Montreal, Quebec, e na American Sociological Association convention, Washington, D.C. Os autores reconhecem com gratidão a Carol Burns, Sing Chew, Linda Kalof e também aos revisores anônimos da Human Ecology Review, que fizeram comentários proveitosos sobre uma versão preliminar.

O tradutor gostaria de agradecer aos autores por terem cedido os direitos de tradução e publicação; particularmente ao professor Thomas Burns e Robinne Farrel-Zeliznat por terem auxiliado na difícil tarefa de traduzir os termos técnicos. Da mesma forma, agradece a Timothy Andrew Brightwell e Phillip Wigan pelos comentários e sugestões. E, finalmente, a Júlia S. Felmanas e Alpina Begossi por terem disponibilizado uma parte de seu tempo na realização do trabalho de revisão (Tradução: Vicente Rosa Alves; Revisão da primeira versão e da versão final: Júlia S. Felmanas; Revisão Técnica: Alpina Begossi).

Notas

¹ Pro-choice to NOW (National Organization for Women).

² Pro-affirmative action to NAACP (National Association for the Advancement of Colored People).

³ Pro-environment to the Sierra Club.

⁴ Pro-union to AFL-CIO (American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations).

⁵ No original “orphan issues” (N.T.).

⁶ No original “crunch time” (N.T.).

⁷ No original “central organizing principle” (N.T.).

⁸ No original “crunch time prioritization” (N.T.).

⁹ É também fato que quando uma sociedade política é muito dividida e parceiros de coalizão são perdidos, muitas vezes os políticos apóiam um novo movimento social porque o político percebe esta prioridade como sendo menos arriscada (TILLY, 1978: 213-214).

¹⁰No original “done deal” (N.T.).

¹¹No original “pro-life lobby” (N.T.).

¹²“Supply-side economics” é uma escola de pensamento econômico que advoga a adoção de medidas tais como a redução de impostos para as pessoas físicas e a redução do déficit fiscal – via corte de programas governamentais – com a finalidade de revitalizar a economia. Ver a esse respeito, Presser, Mário Ferreira. “Crise americana ‘supply-side economics’ ”. *Revista de Economia Política*, Vol. 1, n.º 3, julho-setembro/1981 (N.T.).

¹³No original “Free Riding” (N.T.).

¹⁴No original “Free Rider” (N.T.).

¹⁵No original “central organizing apparatus” (N.T.).

¹⁶No original “single issue lobbying group” (N.T.).

¹⁷No original “Simmel’s principle of emergence” (N.T.).

¹⁸Existem aqueles que argumentam que os cidadãos mais educados não só dão mais dinheiro aos movimentos sociais, mas também seu tempo (MORGAN et al., 1975). Isto quer dizer que as classes média e alta também têm tempo para se mobilizar.

¹⁹Para uma análise comparativa profunda dos movimentos feministas e ambientalistas ver Rucht (1996).

²⁰No original “summarizing symbols” (N.T.).

²¹No original “motifs” (N.T.).

²²No original “summary symbols” (N.T.).

²³No original “frames” (N.T.).

²⁴No original “ideographs” (N.T.).

²⁵No original “prioritizing summary symbol” (N.T.).

²⁶No original “simplifying ideas” (N.T.).

²⁷No original “global managerialist frame” (N.T.).

²⁸No original “redistributive development frame” (N.T.).

²⁹No original “frame extension” (N.T.). Snow et al. (1986) identificam quatro paradigmas de processos de alinhamento (frame alignment processes) – conexão do paradigma (frame bridging), amplificação do paradigma (frame amplification), extensão do paradigma (frame extension) e transformação do paradigma (frame transformation). A extensão do paradigma é o processo mais apropriado para a nossa discussão.

³⁰No original “foot soldier” (N.T.).

³¹No original “Tree Hugger” (N.T.).

³²No original “Westerners” (N.T.).

³³George Wallace se candidatou à presidência americana como candidato de um terceiro partido em 1968. Com a segregação racial tendo papel central em suas plataformas, Wallace se elegeu em cinco estados.

³⁴No original “New Environmental Paradigm” (N.T.).

³⁵No original “Human Exemptionalism Paradigm” (N.T.).

³⁶No original “acceptable alternatives” (N.T.).

³⁷No original “retreat and quiet” (N.T.).